

SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de
Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Blóco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



CONVENÇÃO COLETIVA DE **TRABALHO FIRMADA ENTRE**

SINDISERVIÇOS

X

SEAC/DF

VIGÊNCIA:

DE 1º/01/2008 A 31/12/2008



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de
Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



ÍNDICE

CLÁUSULAS ECONÔMICAS

PÁGINA

PRIMEIRA – REAJUSTE SALARIAL	04
SEGUNDA – SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS	04
TERCEIRA – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	06
QUARTA – VALE-TRANSPORTE	06
QUINTA – MENOR APRENDIZ	07

CLÁUSULAS SOCIAIS

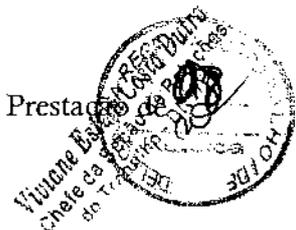
PÁGINA

PRIMEIRA (EXPLICATIVA)	07
SEGUNDA – ABONO DE FALTAS DE EMPREGADO ESTUDANTES	08
TERCEIRA – ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS	08
QUARTA – ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO	08
QUINTA – FORMULÁRIO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL	08
SEXTA – ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO	08
SÉTIMA – ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	08
OITAVA – RELAÇÃO MENSAL	08
NONA – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	08
DÉCIMA – AUXÍLIO FUNERAL	09
DÉCIMA PRIMEIRA – AUSÊNCIA REMUNERADA	09
DÉCIMA SEGUNDA – CARTA DE APRESENTAÇÃO	09
DÉCIMA TERCEIRA – COMPROVANTE DE PAGAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DOS DESCONTOS	
DÉCIMA QUARTA – CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO	09
DÉCIMA QUINTA – CONTRATO TEMPORÁRIO	09
DÉCIMA SEXTA – CONSIGNAÇÕES	10
DÉCIMA SÉTIMA – CONVÊNIOS	10
DÉCIMA OITAVA – CONTRATO DE EXPERIÊNCIA – READMITIDO	10
DÉCIMA NONA – CURSOS DE FORMAÇÃO, CAPTAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL	10
VIGÉSIMA – DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	10
VIGÉSIMA PRIMEIRA – DESCONTO ASSISTENCIAL	10
VIGÉSIMA SEGUNDA – MENSALIDADE SINDICAL	11
VIGÉSIMA TERCEIRA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL	11
VIGÉSIMA QUARTA – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL	11
VIGÉSIMA QUINTA – CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL	12



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



VIGÉSIMA SEXTA – DO AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS	12
VIGÉSIMA SÉTIMA – ELEIÇÕES PARA A CIPA	13
VIGÉSIMA OITAVA – FÉRIAS DA GESTANTES	13
VIGÉSIMA NONA – FORNECIMENTO DA – CAT	13
TRIGÉSIMA – INCENTIVO À CONTINUIDADE	13
TRIGÉSIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE DESCANSO REMUNERADO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO	14
TRIGÉSIMA SEGUNDA – ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTES	14
TRIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR	14
TRIGÉSIMA QUARTA – HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES	14
TRIGÉSIMA QUINTA – PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS EFETUADAS COM CHEQUE DA EMPRESA E DEPÓSITO BANCÁRIO	15
TRIGÉSIMA SEXTA – MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO NAS VERBAS RESCISÓRIAS	15
TRIGÉSIMA SÉTIMA – INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO	15
TRIGÉSIMA OITAVA – JORNADA DE TRABALHO	16
TRIGÉSIMA NONA – ADICIONAL DE HORAS EXTRAS	16
QUADRAGÉSIMA – JORNADA DE TRABALHO 12H X 36H	16
QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – LOCAL PARA REFEIÇÃO E ARMÁRIO	16
QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER	17
QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – PAGAMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS	17
QUADRAGÉSIMA QUARTA – SALÁRIO FAMÍLIA	17
QUADRAGÉSIMA QUINTA – PROCESSO LICITATÓRIO	17
QUADRAGÉSIMA SEXTA – PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO	17
QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – QUADRO DE AVISOS	17
QUADRAGÉSIMA OITAVA – SALÁRIO DO SUBSTITUTO	17
QUADRAGÉSIMA NONA – UNIFORMES	17
QUINQUAGÉSIMA – ENTREGA DA GFIP	18
QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	18
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO	18
QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – ADIANTAMENTO SALARIAL	18
QUINQUAGÉSIMA QUARTA – CÓPIA DA RAIS	18
QUINQUAGÉSIMA QUINTA – FORNECIMENTO DE EPI	18
QUINQUAGÉSIMA SEXTA – RELÓGIO VIGIA	19
QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA – CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS	19
QUINQUAGÉSIMA OITAVA – DATA-BASE E VIGÊNCIA	19



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

celebrada entre:

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRABALHO TEMPORÁRIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL – SINDISERVIÇOS, INSCRITO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO SOB O Nº 306.146, de 1979 – 46000.0620/05-11, QUE TEM COMO PRESIDENTE A SENHORA MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 154.266.291-53

E

O SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEAC/DF, INSCRITO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO SOB O Nº 315.416, DE 1979 – 46000.05334/98-38, QUE TEM COMO PRESIDENTE A SENHORA ALBA LUCIS PASSOS PEDROSA, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 225.514.921-49

MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

CLÁUSULAS ECONÔMICAS

CLÁUSULA PRIMEIRA - REAJUSTE SALARIAL - A todos os componentes da categoria profissional fica garantido um reajuste de 6% (seis por cento) sobre os salários de Dezembro de 2007.

Parágrafo Primeiro – Os aumentos salariais concedidos pelas empresas no ano de 2007, a título de antecipação de dissídio coletivo, poderão ser compensados.

CLÁUSULA SEGUNDA – SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS –

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva não poderão utilizar salário inferior ao piso mínimo estabelecido na presente Cláusula, que é de R\$ 456,32 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos). Os salários normativos da categoria, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2008, são:

Agente de Portaria/Fiscal de Piso	R\$ 473,77
Ajudante	R\$ 456,32
Ajudante de Caminhão	R\$ 456,32
Ajudante de Cozinha	R\$ 456,32
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	R\$ 456,32



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de
Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



Alinhador/Balanceador de Autos	R\$ 600,05
Almoxarife	R\$ 684,50
Arrumadeira	R\$ 456,32
Atendente	R\$ 479,17
Auxiliar Administrativo	R\$ 479,17
Auxiliar de Encarregado	R\$ 684,50
Auxiliar de Informática	R\$ 684,50
Auxiliar de Jardinagem	R\$ 456,32
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 456,32
Auxiliar Técnico de Informática	R\$ 913,48
Bombeiro Hidráulico	R\$ 684,52
Borracheiro	R\$ 616,10
Cabineiro	R\$ 456,32
Camareiro	R\$ 456,32
Carpinteiro	R\$ 684,50
Carregador de Móveis	R\$ 456,32
Carregador/Estiva	R\$ 456,32
Chaveiro	R\$ 496,71
Chefe de Cozinha	R\$ 1.140,86
Copeira	R\$ 456,32
Costureira	R\$ 456,32
Coumim	R\$ 479,17
Cozinheiro	R\$ 775,81
Digitador	R\$ 456,32
Eletricista	R\$ 684,50
Eletricista de Auto	R\$ 684,50
Eletrotécnico	R\$ 600,05
Encarregado de Jardinagem	R\$ 912,66
Encarregado de Limpeza	R\$ 912,66
Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos	R\$ 912,66
Encarregado Geral	R\$ 1.368,99
Enrolador de Motores	R\$ 600,05
Estofador	R\$ 473,77
Frentista	R\$ 456,32
Funileiro	R\$ 684,50
Garagista	R\$ 473,77
Garçom	R\$ 684,50
Jardineiro	R\$ 684,50
Jauzeiro	R\$ 549,69
Lanterneiro de Auto	R\$ 684,50
Lavador de Auto	R\$ 456,32
Lavanderia	R\$ 456,32
Lustrador de Móveis	R\$ 684,50
Maitre	R\$ 958,30
Manobrista	R\$ 593,25
Marceneiro	R\$ 684,50



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de
Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



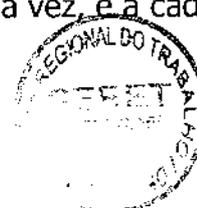
Mecânico de Auto	R\$ 684,50
Mecânico de Veículo Pesado	R\$ 933,78
Mestre de Obras	R\$ 1.023,99
Montador de Divisórias	R\$ 536,27
Motorista de Carro Leve	R\$ 593,25
Motorista de Veículo Pesado	R\$ 867,03
Motorista Executivo	R\$ 867,03
Office Boy / Contínuo	R\$ 456,32
Operador de Balancim	R\$ 593,25
Operador de Bilheteria	R\$ 794,71
Operador de Fotocopiadora	R\$ 456,32
Operador de Microcomputador	R\$ 456,32
Operador de Microtrator	R\$ 524,79
Operador de Roçadeira Costal	R\$ 479,17
Operador de Trator	R\$ 593,25
Operador de Trator de Esteira	R\$ 707,31
Pedreiro	R\$ 684,50
Persianista	R\$ 684,50
Pintor	R\$ 684,50
Pintor de Auto	R\$ 707,31
Piscineiro	R\$ 456,32
Programador	R\$ 1.324,52
Recepcionista	R\$ 684,50
Salgadeira	R\$ 496,71
Serralheiro	R\$ 684,50
Servente	R\$ 456,32
Supervisor	R\$ 1.049,56
Técnico de Máquina	R\$ 600,05
Técnico de Refrigeração	R\$ 600,05
Técnico Edificação / Fiscal Predial	R\$ 944,43
Torneiro Mecânico	R\$ 745,05
Vidraceiro	R\$ 600,05
Zelador	R\$ 473,77

CLÁUSULA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - As empresas ficam obrigadas a conceder, a cada 30 (trinta) dias aos seus empregados, e de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados, o auxílio alimentação, no valor de R\$ 6,15 (seis reais e quinze centavos), sem ônus para o trabalhador. A presente parcela não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

Parágrafo Primeiro - Ficam dispensadas do fornecimento do benefício previsto no caput nesta cláusula as empresas que fornecem refeição em restaurante próprio ou do contratante (tomador do serviço).

CLÁUSULA QUARTA – VALE-TRANSPORTE

As empresas fornecerão o vale-transporte aos empregados, de uma única vez, e a cada 30 (trinta) dias, conforme previsto em lei.



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



Parágrafo Primeiro - BASE DE CÁLCULO – Entende-se que a base de cálculo para desconto do vale-transporte compreenderá o salário-base do empregado.

Parágrafo Segundo - DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO – Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale-transporte correspondente aos dias de suas ausências, podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte.

CLÁUSULA QUINTA – DO MENOR APRENDIZ

Os contratos de Aprendizagem, assim entendidos os que se enquadrem no disposto contido no artigo 428 da CLT, não poderão estabelecer salário inferior ao estabelecido no § 2º do mesmo artigo, salvo condição mais favorável.

CLÁUSULAS SOCIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA – Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com “severus in iudicando” que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra à natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, **obrigatoriamente**, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de
Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



CLÁUSULA SEGUNDA – ABONO DE FALTAS DE EMPREGADO ESTUDANTE Serão abonadas as faltas de empregados estudantes em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido, quando estes forem submetidos a provas periódicas, desde que a empresa seja avisada, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Único - Cabe ao empregado a comprovação posterior do comparecimento para feitura da prova, sob pena de ser descontado de seu salário a falta correspondente.

CLÁUSULA TERCEIRA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a colocação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa no momento da colocação.

CLÁUSULA QUARTA – ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO

As empresas fornecerão cópias das penalidades aplicadas aos empregados para sua ciência, e também, encaminharão mensalmente cópia ao SINDISERVIÇOS, que deverá ser efetivada até ao 15º dia do mês subsequente, sob pena de suspensão da penalidade aplicada.

CLÁUSULA QUINTA – FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio-natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AAT), atestado de volta ao trabalho (AVT), etc., entregando-os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único – A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

CLÁUSULA SEXTA – ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas ficam proibidas de fazer anotações na carteira de trabalho dos empregados da categoria, que não aquelas determinadas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Quando o trabalho de JAUZEIRO for exercido em balancim, será acrescido ao salário, a título de adicional de periculosidade, o percentual de 30% (trinta por cento).

CLÁUSULA OITAVA – RELAÇÃO MENSAL

As empresas se obrigam a fornecer ao Sindicato da categoria profissional uma relação mensal contendo o nome completo e a função dos empregados admitidos e demitidos no referido período.

CLÁUSULA NONA – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

Fica convencionado que as empresas, para fins de custeio de auxílio odontológico aos seus empregados filiados ao Sindiserviços, pagará o valor de R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos), mensalmente para o Sindicato Laboral por cada empregado contratado, a ser pago até o 15º dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado. Os Sindicatos

SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar assistência médica para a categoria.

CLÁUSULA DÉCIMA – AUXÍLIO FUNERAL

Fica convencionado que as empresas, para fins de auxílio no custeio de funeral de seus empregados falecidos, arcarão com o valor de até **R\$ 1.000,00 (hum mil reais)** das despesas que vierem a ser despendidas, que deverão ser efetivamente comprovadas através da apresentação, em original, das respectivas Notas Fiscais, que deverão ser emitidas em nome da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – AUSÊNCIA REMUNERADA

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b) 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c) 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CARTA DE APRESENTAÇÃO

As empresas fornecerão, por ocasião da homologação da rescisão do contrato de trabalho, carta de apresentação a todos os empregados, que não tenham sido demitidos por justa causa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – COMPROVANTE DE PAGAMENTO – DISCRIMINAÇÃO DOS DESCONTOS

O pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e do qual contarão a remuneração com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

PARÁGRAFO ÚNICO – As empresas ficam obrigadas a discriminar as nomenclaturas corretas referente a cada desconto sofrido no pagamento do empregado, principalmente as alusivas às faltas, penalidades, mensalidade do sindicato, contribuição social, taxa assistencial, adiantamento salarial, dentre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO

Os Sindicatos convenientes não firmarão acordo ou convenção coletiva autorizando a realização do contrato por tempo determinado previsto na Lei nº 9.601/98 e no Decreto nº 2.490/98, sem prévia reunião conjunta com ata formalizada, na qual conste anuência de ambos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONTRATO TEMPORÁRIO

Fica acordado entre o Sindicato Patronal e o Sindicato Laboral a não inclusão do contrato temporário e trabalho parcial nas empresas do segmento, na base territorial do Distrito Federal, salvo decisão conjunta e formalizada em Ata entre os Sindicatos.



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONSIGNAÇÕES

Os Sindicatos convenientes se esforçarão no sentido de fazer convênios com farmácias, no intuito dos empregados poderem comprar remédios, e esses serem descontados de salário, com a devida autorização prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONVÊNIOS

Os convênios assinados pelo Sindicato Laboral, em relação aos quais os empregados das empresas aderirem, de forma escrita, e que requerem desconto nos recibos de pagamentos, esses valores serão descontados pelas empresas, desde que o empregado autorize por escrito, e repassados para o Sindicato Laboral até o 15º dia do mês subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMITIDO

Os empregados readmitidos serão contratados por prazo indeterminado, desde que o contrato anterior tenha sido de, pelo menos 1 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CURSOS DE FORMAÇÃO CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar cursos de formação, capacitação e reciclagem profissional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas são obrigadas a efetuar o pagamento do décimo terceiro salário, para todos os seus empregados, em 1 (uma) única parcela, até o dia **17 de dezembro de 2008**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DESCONTO ASSISTENCIAL

As empresas procederão ao desconto, em folha de pagamento, de todos os seus empregados da importância correspondente a 3% (três por cento) do salário do seu empregado a favor do SINDISERVIÇOS, para custeio administrativo, assistencial e jurídico.

Parágrafo Primeiro - O percentual acima será descontado de uma só vez sobre o salário de janeiro de 2008.

Parágrafo Segundo - O valor descontado, previsto no parágrafo anterior, deverá ser recolhido na conta corrente do SINDISERVIÇOS até o dia 15 de fevereiro e o respectivo comprovante entregue na Secretaria daquela Entidade até o dia 1º de março.

Parágrafo Terceiro - Subordina-se o desconto assistencial à não oposição do trabalhador manifestada no prazo de 10 (dias) a contar do registro deste Instrumento, por declaração assinada de próprio punho, com firma reconhecida e entregue na Secretaria do Sindicato.

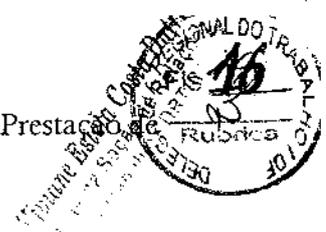
Parágrafo Quarto - O desconto previsto nesta cláusula também será devido pelos empregados admitidos após a assinatura da presente Convenção, contando-se o prazo para manifestação da data da sua admissão, salvo se o empregado já tiver descontado tal contribuição no referido exercício.



[Handwritten signature]

SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – MENSALIDADE SINDICAL

As empresas ficam obrigadas a descontar dos empregados sindicalizados, em folha de pagamento, a mensalidade devida ao SINDISERVIÇOS no percentual de 1% (um por cento) do salário nominal recebido, mediante simples autorização do empregado por escrito.

Parágrafo Primeiro - Para efeito de controle do desconto da mensalidade sindical, as empresas deverão remeter mensalmente ao SINDISERVIÇOS até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, uma relação alfabética de todos os empregados atingidos pelo desconto, devendo constar ainda a função, a matrícula na empresa, salário e o valor do desconto.

Parágrafo Segundo - O repasse do desconto para o SINDISERVIÇOS deverá ser feito obrigatoriamente no dia 15, após o desconto.

Parágrafo Terceiro - O SINDISERVIÇOS encaminhará mensalmente para as empresas relação dos novos empregados sindicalizados para fins do desconto da mensalidade.

Parágrafo Quarto - Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 1% (um por cento) do valor a recolher, revertido para o SINDISERVIÇOS, até à data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL:

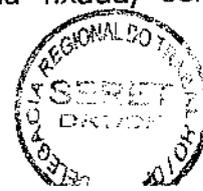
As empresas abrangidas por esta Convenção recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de R\$ 8,00 (oito reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de junho de 2008, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 - DJ. 17.11.2000. Às empresas filiadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição Assistencial até à data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). A empresa que não recolher até o dia 15 de junho de 2008 ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês, não se beneficiando do desconto acima previsto. O pagamento deverá ser efetuado através de boleto bancário a ser enviado a todas as empresas pelo SEAC/DF.

Parágrafo Primeiro - Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

Parágrafo Segundo - Em caso de não recolhimento da Contribuição Assistencial prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL:

As empresas abrangidas por esta Convenção recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 1 (hum) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula primeira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhido de uma só vez até o dia 15 de Agosto de 2008, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. Às empresas filiadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição Confederativa Patronal até à data acima fixada, será



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). A empresa que não recolher até o dia 15 de Agosto de 2008 ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês, não se beneficiando do desconto acima previsto. O pagamento deverá ser efetuado através de boleto bancário a ser enviado a todas as empresas pelo SEAC/DF.

Parágrafo Primeiro - Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

Parágrafo Segundo - Em caso de não recolhimento da Contribuição Confederativa Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo Primeiro - Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo - Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Terceiro - A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às demais empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenentes, nos casos de concorrências, carta-convite, tomada de preços e Pregões, alvejarem o processo licitatório e/ou a empresa irregular por descumprimento das cláusulas convenionadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

A 05 (cinco) dirigentes sindicais regularmente eleitos, integrantes da Diretoria do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal – SINDISERVIÇOS será garantida, enquanto durarem seus mandatos, a percepção de seus salários, sem a respectiva prestação dos serviços.



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – ELEIÇÕES PARA A CIPA

As empresas enviarão para o SINDISERVIÇOS, sob pena de nulidade, cópias dos editais de convocação de eleições para as CIPA's, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FÉRIAS DA GESTANTE

A empresa garantirá que a empregada gestante, após completar o período aquisitivo, poderá marcar seu período de férias na seqüência da licença-maternidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO-CAT

As empresas fornecerão ao SINDISERVIÇOS no dia 15 de cada mês cópias das CAT's emitidas no mês anterior.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – INCENTIVO À CONTINUIDADE

- Considerando as peculiaridades da terceirização de serviços no segmento asseio, conservação e serviços terceirizados, fundamentado na decisão proferida pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST (Processo nº ROAA-7.877-2002-000-04-00-0) e, ainda, visando à manutenção e continuidade do emprego fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública, novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar todos os empregados da empresa anterior sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, sendo que as empresas que perderem o contrato comunicarão o fato ao Sindicato Laboral, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo, e ficarão também obrigadas a dispensar os empregados sem justa causa, mediante as seguintes condições:

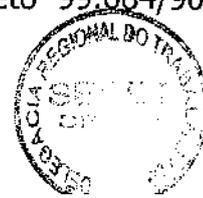
I) O Termo de Rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará "sem justa causa" e deverá constar obrigatoriamente no ato da homologação a expressa referência à cláusula 30º - CCT.

II) A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviço admitirá o empregado da empresa anterior e a ele concederá a garantia de emprego de 180 (cento e oitenta) dias, sendo vedada à celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período.

III) No período da estabilidade (180 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado;

IV) A Empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviço fica obrigada a manter os níveis salariais das funções contratadas, pagando os mesmos salários e demais benefícios praticados pela empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviço, tais como: vale-transporte, ticket refeição, vale-alimentação, etc.

V) A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviço fica desobrigada do pagamento do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 9º das Leis 7.238/84 e 6.708/79, obrigando-se, entretanto a pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (artigo 9º Decreto 99.684/90), será calculada no percentual de 20% do FGTS devido ao empregado.



AP

SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



VI) As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o décimo dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base para cálculos das verbas rescisórias é o correspondente ao do último dia de trabalho.

VII) Havendo real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificada perante os dois sindicatos convenientes, este trabalhador terá direito à indenização normal no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS, e demais verbas rescisórias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE DESCANSO REMUNERADO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO

As empresas, na forma prevista na CLT, assegurarão à empregada, durante a jornada de trabalho, 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um para amamentar o próprio filho até que esse complete 6 (seis) meses.

Parágrafo Único – Quando a saúde do filho assim o exigir, este período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE

As empresas assegurarão o emprego da gestante desde a confirmação da gravidez ao empregador, que deverá ser feita mediante atestado médico específico, até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR

Será garantido o emprego do trabalhador alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 90 (noventa) dias após a cessão do cumprimento, desde que se apresente à sua empregadora no prazo de 30 dias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados com mais de 4 (quatro) meses de empresa deverão ser assistidas pelo SINDISERVIÇOS.

Parágrafo Primeiro - As empresas fornecerão aos empregados, no ato da homologação, cópia do atestado de afastamento e salário - AAS.

Parágrafo Segundo - No caso de impedimento da homologação da rescisão do contrato de trabalho pela ausência do empregado ou do empregador, o SINDISERVIÇOS fornecerá documento comprovando o comparecimento da(s) partes(s), desde que devidamente demonstrada a notificação e a ciência do empregado do aviso prévio.

Parágrafo Terceiro – Todas as empresas são obrigadas a apresentar no ato da homologação das rescisões contratuais, as guias de pagamento ou depósito das contribuições e mensalidades sindicais devidas ao SINDISERVIÇOS e ao SEAC/DF.

Parágrafo Quarto - A não apresentação da documentação estabelecida no parágrafo anterior, implicará na aplicação de multa diária, contada a partir da data de seu vencimento, correspondente a 1/30 do valor do piso da categoria, sendo que essa será revertida em favor da entidade cujas guias não foram apresentadas.



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



Parágrafo Quinto - No caso da não apresentação das guias devidamente quitadas, o SINDISERVIÇOS não poderá recusar-se a realizar as homologações, porém concederá prazo de 5 (cinco dias) para comprovação do pagamento, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior até à sua efetiva comprovação.

Parágrafo Sexto - Objetivando promover a credibilidade e profissionalização do segmento e igualar condições operacionais das empresas atuantes no setor fica o SINDISERVIÇOS obrigado a informar oficialmente e de imediato ao SEAC/DF, os dados cadastrais relativos às empresas que não apresentarem as guias de pagamento especificadas no parágrafo terceiro.

Parágrafo Sétimo - As empresas deverão agendar as homologações com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não serem atendidas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS EFETUADAS COM CHEQUE DA EMPRESA E DEPÓSITO BANCÁRIO

As empresas poderão efetuar o pagamento relativo às verbas rescisórias de seus empregados com cheque da empresa, desde que seja nominal ao empregado demissionário, no valor integral ao TRTC, cheque da Praça de Brasília, não cruzado e que conste o nome do banco e endereço, número e valor do cheque no TRTC.

Parágrafo Primeiro - O pagamento das verbas rescisórias, quando o demissionário for menor e/ou analfabeto, só poderá ser em dinheiro.

Parágrafo Segundo - Se por qualquer motivo alheio à responsabilidade do demissionário o cheque for devolvido, a empresa pagará multa de 20% (vinte por cento) do valor do cheque mais multa de 2% (dois por cento) do valor por dia de atraso, até à efetiva quitação, em favor da pessoa prejudicada, sem prejuízo da multa do art. 477.

Parágrafo Terceiro - A empresa que tiver seu cheque devolvido, além de cumprir o determinado no § 2º pagará multa de 5% (cinco por cento) do valor do cheque mais 1% (hum por cento) por dia de atraso em favor do SINDISERVIÇOS, até a efetiva quitação, independente de ser cobrado judicialmente ou não. Quando o SINDISERVIÇOS ajuizar ação para a cobrança a empresa pagará as custas.

Parágrafo Quarto - Quando a empresa optar pelo pagamento das verbas rescisórias através de depósito bancário ficará obrigada a entregar um recibo original para o SINDISERVIÇOS.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Fica estipulada uma multa de 0,2 (zero ponto dois por cento) por dia de atraso, no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao Sindicato Laboral, que se obriga a vistá-la e, no caso de erro, dar prazo de 48 (quarenta e oito) horas para corrigi-la, sem multa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Ao empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias fica garantido um intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, ficando a critério do empregado permanecer ou não no local de serviço.



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



Parágrafo Único – As empresas pagarão horas extras a seus empregados quando estes não gozarem o horário de repouso e alimentação, ou compensarão na forma previsto na Cláusula 38ª desta Convenção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos empregados da categoria profissional é de 44 (quarenta e quatro) horas, inclusive porteiros diurnos e noturnos.

Parágrafo Primeiro - As empresas compensarão o excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Segundo - A jornada de trabalho estabelecida nesta cláusula poderá ser acrescida de horas suplementares que serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, ou poderão ser compensadas, conforme previsto no parágrafo anterior.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se a remuneração por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – JORNADA DE TRABALHO 12x36

É facultada, de acordo com a conveniência e a necessidade do serviço, a jornada de trabalho em escala 12h x 36h (doze horas de efetivo trabalho por trinta e seis de descanso) de todos os empregados.

Parágrafo Primeiro - Nas atividades em que o trabalho for desenvolvido através de escala de revezamento com compensação, de 12h x 36h (doze horas de efetivo trabalho por trinta e seis horas consecutivas de descanso), jornada esta legal, não ensejará o pagamento de hora extra, salvo quanto ao adicional noturno, desde que seja concedido intervalo para repouso e alimentação, de uma hora, nos termos do art. 71, da CLT.

Parágrafo Segundo - Aos empregados sujeitos à escala de revezamento 12h x 36h (doze horas de efetivo trabalho por trinta e seis horas consecutivas de descanso), será concedido o intervalo de 1h de intervalo intrajornada, os quais ficam desobrigados de promover a assinalação da folha de ponto, de referido registro, sem que isso desnature a natureza da jornada e, tampouco, a ocorrência do intervalo.

Parágrafo Terceiro - Na escala de revezamento de 12x36, devido a natural compensação e do revezamento existente, não haverá distinção entre a hora noturna e a hora diurna, somente sendo devido a título de adicional noturno o percentual de 20% (vinte por cento) sobre a hora normal, e esse percentual somente incidirá sobre as horas trabalhadas das 22:00h de um dia até às 05:00h do outro dia.

Parágrafo Quarto - Nos demais casos de labor noturno o adicional e o cálculo da hora serão de acordo com o art. 73 da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – LOCAL PARA REFEIÇÃO E ARMÁRIO

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de conseguir junto aos tomadores de serviço locais apropriados para as refeições de seus empregados e armários individuais para guarda de seus pertences.



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer constantes do presente instrumento, no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada.

Parágrafo Único – Prevalecem as multas por descumprimento previstas nas cláusulas do presente instrumento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – PAGAMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS

Fica garantido o pagamento de férias proporcionais aos empregados que tiverem seu contrato rescindido sem justa causa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – SALÁRIO FAMÍLIA

As empresas se obrigam a entregar recibo relativo à entrega de documento (Certidão de Nascimento) pelo empregado, para fins de percepção de salário família nos termos do Artigo 84 do Decreto MPAS nº 3.048/99.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – PROCESSO LICITATÓRIO

As empresas deverão sempre colacionar a presente Convenção Coletiva nas suas propostas, quando participarem de processo licitatório.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, obedecerá às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – QUADRO DE AVISOS

As empresas poderão disponibilizar, em suas sedes e nos locais de trabalho, espaço para fixação de quadro de avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, sob controle do SINDISERVIÇOS.

Parágrafo Único - Nos locais de trabalho a colocação fica na dependência de autorização do tomador de serviços.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Os empregados admitidos não poderão receber salário inferior ao do empregado demitido, desde que desenvolvam atividade da mesma natureza, com igual produtividade e com mesma perfeição técnica.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – UNIFORMES

Quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão aos seus empregados gratuitamente, 02 (dois) uniformes completos e 01 (um) par de meias e sapatos, entregues de 06 (seis) meses em 6 (seis) meses.

Parágrafo Único - As empresas fornecerão a todos os seus empregados que trabalham à noite 01 (uma) japona (agasalho para o frio), de 12 (doze) em 12 (doze) meses.



SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ENTREGA DA GFIP - Ficam as empresas obrigadas a enviar ao SINDISERVIÇOS suas GFIP's da empresa até o décimo quinto dia de cada mês. O não cumprimento desta cláusula acarretará em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor das mesmas em benefício do SINDISERVIÇOS.

Parágrafo Primeiro - A recusa do recebimento da GFIP por parte do SINDISERVIÇOS isenta as empresas do cumprimento desta cláusula.

Parágrafo Segundo - Fica o sindicato laboral expressamente proibido de dar publicidade a quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de pagamento de multa equivalente à prevista no caput desta cláusula, em favor do sindicato patronal.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

- Fica mantida a Comissão Intersindical formada em 06 de julho de 2005 para o ano de 2008, conforme previsto na Lei nº 9958/2000.

Parágrafo Único

Fica vedada a criação de Comissão Conciliação Prévia por empresa.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO

Em conformidade com o Art. 2º da Portaria SIT/DSST Nº 17, de 01/08/2007, que aprova o subitem 4.14.3 da NR-4 que, por sua vez, altera a redação da Norma Regulamentadora nº 4, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) será organizado pelo SEAC/DF, englobando as empresas da mesma atividade econômica, localizadas no Distrito Federal e em municípios limítrofes.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – ADIANTAMENTO SALARIAL –

As empresas se obrigam a não efetuarem descontos nos salários e/ou nos TRCT's de seus empregados a título de adiantamento salarial superior a 30% (trinta por cento) do valor do salário nominal de cada trabalhador, salvo na hipótese de rescisão contratual, quando então o desconto poderá ser feito na integralidade do saldo existente.

Parágrafo Único – A inobservância do **caput** desta cláusula tornará sem efeito o desconto efetuado, ficando a empresa faltante obrigada a reembolsar o trabalhador o valor do desconto implementado, salvo se houve manifestação dos dois sindicatos em sentido contrário, após justificativa da empresa.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA – CÓPIA DA RAIS –

As empresas ficam obrigadas a entregar a cópia da RAIS a todos os seus empregados, 10 dias após tê-las encaminhadas ao órgão competente.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA – FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE

PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – Sem prejuízo das determinações contidas na NR-06, as empresas se obrigam ao fornecimento dos EPI's a todos os empregados que trabalhem com produtos químicos de limpeza, dos seguintes equipamentos: luvas de cano longo, botas de borracha, máscara com filtro e óculos contra respingos e de proteção contra luminosidade.



Handwritten signature or initials.

SINDISERVIÇOS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal - DF.
W3 Sul HIGS Q. 703 Bloco A Casa 79- (061) 2233963
CGC 00.530.626/0001-00- CEP: 70.331-701



CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA – RELÓGIO VIGIA

Fica proibido o uso do relógio vigia pelas empresas, independente da exigência do tomador de serviço.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA – CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

Eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção deverão ser comunicadas por escrito aos sindicatos convenientes, para fins de conciliação, no prazo de 15 dias antes de serem submetidas à justiça do trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DATA-BASE E VIGÊNCIA - O instrumento normativo terá vigência no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, com data-base em 1º de janeiro.

Brasília (DF), 21 de dezembro de 2007.

ALBA LUCIS PASSOS PEDROSA
PRESIDENTE DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEAC/DF

MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRABALHO TEMPORÁRIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL – SINDISERVIÇOS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL
Nos termos do artigo 614, da CLT, defino o pedido de registro da Presente convenção / Acordo Coletivo de Trabalho / Alterações, Constante do processo nº 46206052-192/2007-07
Registrado e arquivado na DRT/DF sob o nº: DF 000624207
Brasília-DF 31.12.2007

Vivanete Estela Costa Dupra
Chefe da Seção de Registrações do Trabalho - DRT/DF

